

Nação, nacionalismo e racionalização edênica nos interiores do território brasileiro

Nation, nationalism and edenian rationalization in the inner parts from Brazilian territory

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

RESUMO: Este trabalho posta-se como um debate a respeito da racionalização e ressignificação do edenismo secular sobre o território brasileiro. Apesar da carga imaginária e simbólica no espaço geográfico nacional, ao longo século XX houve consideráveis esforços de exploração do potencial econômico, e também político e simbólico, dos recursos naturais do país, especialmente aqueles localizados à oeste e norte dos centros urbanos e demográficos. Espera-se, com este artigo, contribuir para a discussão sobre o uso e exploração, dos recursos naturais presentes no território brasileiro, campo de estudo com abertura e proficuidade de aprofundamento pela ciência geográfica e demais campos do saber que possam dialogar e corroborar com esta análise.

PALAVRAS-CHAVE: Nação; Edenismo, Ideologia, Território

ABSTRACT: This paper set up, as a reflection, regarding the rationalization and redefinition of secular edenism about Brazilian territory. Although the imaginary and symbolic in the national geographic space over the twentieth century there was considerable exploration efforts of economic and symbolic potential, as well as political interests, the country's natural resources, especially those located to the west and north of the urban and demographic centers. It is expected, with this article, to contribute to the debate about the use and exploitation, of the natural resources present in the Brazilian territory, a field of study with openness and usefulness by geographical science and other fields of knowledge that can dialogue and increase with this analysis.

KEYWORDS: Nation; Edenism, Ideology, Territory

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte, editada e ampliada, dos estudos realizados na elaboração e defesa da tese de doutoramento intitulada *Edenismo e ideologia espacial no imaginário brasileiro (1930-1986)* defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus de Rio Claro/SP. A partir destes estudos, sobre imaginário, edenismo e pensamento geográfico, foram propostas reflexões e argumentos sobre a correlação entre estas diretrizes temáticas, com base em metodologias, teorias e fundamentos epistemológicos, tendo a Geografia como balizadora da pesquisa desenvolvida.

O trabalho traz elementos da ufanía edênica racionalizada, pela intencionalidade comercial e estatal de exploração do potencial do território brasileiro, especialmente no que tange à ideia de constituição nacional e postura nacionalista dos representantes do corpo estatal. Parte-se da carga histórica do edenismo, como referência imaginária, cultural, política e econômica e, também, como tal enquadramento simbólico, comercial e estatal perante o território brasileiro foram explorados, especialmente com os avanços e investidas aos interiores e sertões, em meados do século XX, reificando a ufanía telúrica da formação territorial do país.

2. PROJETOS NACIONAIS E O EDENISMO SECULAR

Como pano de fundo dos fundamentos econômicos do discurso modernizador do desenvolvimentismo havia um caráter simbólico, imagético e identitário. O nacionalismo, independente de sua versão, seja europeia, sul-americana ou norte-americana, possui raízes profundas na espacialidade de sua nação, seja para apoiar-se na mesma, ou para partir em seu enfrentamento, para impor os ditames de suas delineações ideológicas: “Fica evidente, portanto, que o nacionalismo é um fenômeno histórico, não um valor universal e atemporal. Não faz sentido inventar uma axiologia em que a Nação, com n maiúsculo, seja considerada o valor supremo.” (BATISTA JUNIOR, 2006, p. 32). Em sendo um fenômeno histórico e geográfico, o nacionalismo apresenta particularidades nos países em que houve modulações ideológicas com esta característica.

Se, nos países europeus, nos séculos XVIII e XIX, o nacionalismo manifestou-se principalmente em torno das disputas de unificação territorial no Brasil, assim como colocado por

Bastos (2006), com o território sem questões de unificação pendentes, o discurso e o substrato retórico da ideologia espacial se voltavam à integração, exploração e dominação, em novas interpretações do mito edênico e das riquezas telúricas, racionalizadas e destinadas à modernização nacional.

Neste sentido, se o nacionalismo do período getulista pautou-se em uma presença mais impositiva do Estado nas instituições, a partir da segunda metade da década de 1950, alguns aspectos sofreram alterações. Há, deste modo, tanto intencionalidades como condicionalidades que cercam a ideologia nacionalista neste período, e, em se tratando do desenvolvimentismo, aspectos como legitimação cultural, independência econômica (ao menos no discurso, apesar da entrada massiva de capital estrangeiro) e unidade territorial eram comuns:

O nacionalismo também é um fenômeno espacialmente condicionado. A sua natureza varia não só ao longo do tempo, mas de país para país e de região para região do mundo. O nacionalismo das grandes potências, por exemplo, resvala facilmente para o imperialismo. [...] Mas, nos países em desenvolvimento, o nacionalismo adquire geralmente um caráter defensivo, de preservação da autonomia econômica, política e cultural em face das investidas de nações mais adiantadas e poderosas. (BATISTA JUNIOR, 2006, p. 32).

E, com o objetivo de reforçar que, mesmo estruturando-se em torno de uma referência simbólica, a da racionalização do edenismo secular, o nacionalismo brasileiro não desviou-se dos parâmetros que guiaram outras experiências da política desenvolvimentista (e populista) da América do Sul. O projeto nacional incluía, além da dominação dos recursos naturais do território, a sua modernização e industrialização, bem como o aumento de sua densidade técnica, para só então o país de firmar a base rumo ao seu futuro:

1. A existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a projeto nacional, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.
2. A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.
3. A industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário. (FONSECA, 2015, p. 41).

Maia (2013) apoia-se em argumentos semelhantes, acrescentando, porém, a consideração de que a “invenção” reificada do simbolismo nacional brasileiro passava por esta visão racional, civilizatória e modernizadora dos governos da primeira metade do século XX: “[...] invenção, e que traduz interpretações que viram no predomínio da espacialidade na formação brasileira um indicador de aspectos inovadores – embora nem sempre positivos – na experiência civilizatória nacional.” (MAIA, 2013, p. 86).

Era preciso enfrentar as tradições e o que, na visão modernizadora sugeria o atraso não apenas técnico, mas cultural, da população. Em certa medida, há uma (re)escrita dos exemplos dos interesses econômicos e políticos no meio, assim como já exposto sobre a origem do mito fundacional edênico, mencionado por Las Casas (2011) quando o autor fala sobre o início da colonização americana. O viés economicista, agora modulado nas bases do desenvolvimentismo, perdurava-se no seu modo de ver, viver e explorar o território.

Desta maneira, o desenvolvimentismo, por ser um módulo do Estado de bem-estar-social nas Américas, sustentou-se discursivamente nestes termos de chegada do novo e do moderno. Encontrar um terreno fértil para sua recepção em países como Brasil, Argentina, México e Uruguai não foi difícil, tendo em vista o histórico de desigualdade social, industrialização tardia e grande dependência econômica destes países:

De um lado, o termo remete a uma racionalidade imediata quanto a fins: crescimento da produção e da produtividade. Tal faceta descortina seu caráter “técnico”, objeto de planejamento, quantificável em metas e taxas desejáveis a serem buscadas conscientemente, através de meios tidos como mais adequados – os instrumentos de política econômica. Já os valores se manifestam quando o desenvolvimentismo toma a

forma de ideologia de construir um novo mundo “melhor” ou “mais harmônico” – como aparece nas citações anteriores de Prebisch e nos “fins sempre desejáveis” de Chang, mas principalmente no discurso político. A ele associam-se valores cuja ênfase variou de país para país da América Latina, e às vezes entre governos de um mesmo país, mas fundamentalmente a busca de uma sociedade mais “equilibrada”, com “harmonia”, “justiça social”, “soberania nacional” e “equidade”. (FONSECA, 2015, p. 48).

Neste ínterim, o Estado emerge como figura central e agregadora de todas as ações, sejam propriamente estatais ou de caráter privado, em busca dos objetivos de modernização do território. Estabelece-se um padrão a partir do qual todo indivíduo da nação é enquadrado; essencialmente, esta é postura de qualquer nacionalismo, entendido como uma ideologia social difundida pelos agentes dominantes da circulação de bens, informação, e controle das instituições e organizações sociais, ou seja, o Estado: “[...] até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (ANDERSON, 1991, p. 25). Bechorfer e Mccrone (2009) teorizam em concordância com esta máxima culturalista do nacionalismo levantada por Anderson (1991), com base nas teorias do próprio cientista político americano:

From this theoretical perspective, national identity is taken as ‘natural’, as essential, but it is also seen as actively constructed by the state. Its taken-for-granted quality may serve the state well, but it has to be continually manufactured and sustained. It is not a once-and-for-all process. To some – but not Gellner – national identity is something of a contrivance, worked by the state and its institutions to make the citizenry malleable, and willing to do its bidding. This is the view that nationalism is a form of secular religion, and national identity our ‘church’ membership card. We belong whether we like it or not, and most of us like it. Hardly any of us question it. (BECHHOFFER; MCCRONE, 2009, p. 4).

Os autores mencionam, ainda, que a noção de nacionalidade não pode ser confundida com nacionalismo, citando e problematizando as colocações de Benedict Anderson sobre o tema, diferenciando-se conceitual e analiticamente: “[...] this aspect of Anderson’s theory remains more relevant for explaining an important element of nation-making, the feeling of forming a community – *nationhood* –, than for our understanding of nationalism as an ideology.” E, para enfatizar sua proposta, e, ao mesmo tempo, fazer uma crítica, o autor cobre de Anderson argumentação menos superficial sobre o nacionalismo e a nacionalidade: “In fact, Anderson does not say much about the content of nationalism, except that it is rooted in the past and relies on a linear as well as abstract conception of time.” (JAFFRELOT, 2003, p. 10).

A nacionalidade se afasta conceitual e socialmente do nacionalismo em função de sua ligação ao sentimento do indivíduo com a terra que habita, uma verdadeira topofilia (TUAN, 1980). O sentimento de afeto e ligação com a terra pode fazer parte, e, muitas vezes, mesmo delineia a ideologia nacionalista, por seu potencial simbólico de exploração política, assim como ocorre com várias lideranças governamentais em relação aos interesses estatais, expostos em suas posições de comando dos órgãos, instituições, e organizações, passíveis de serem direcionadas a estes interesses nacionalistas.

Agenciar diretrizes, horizontal e obrigatoriamente difundidas, para que sejam seguidas como caminho para a construção de nação é um fenômeno diferente, e é esta a preocupação epistêmica demonstrada por Jafrelot (2003), que deve ser aplicada ao exame desta diferenciação nos casos em que uma ideologia nacionalista ganha espaço no cenário político e econômico de um país em desenvolvimento, na realidade, a modernização, e não o reconhecimento de uma nacionalidade legítima, constitui-se como o processo em si da ideologia nacionalista dominante e hegemônica:

Por um lado, a construção de um Estado nacional, objetivo da luta nacionalista, é o ápice de modernidade a ser aspirado por uma organização política. Nesse sentido a construção das nações apresenta-se mais o que como um mero sintoma do processo de modernização social, mas é ele o próprio tal processo. E isso em sua faceta mais poderosa, a da centralização de todo o poder de coerção física disponível na sociedade, paralelamente à inclusão de todo e qualquer habitante de um determinado território sob os ditames especiais de tal poder. Seu impulso inicial, inclusive, é pela quebra das tradições predominantes. (NORONHA, 2008, p. 68).

Esta versão extrema do nacionalismo pode ser encontrada em exemplos históricos tais como a revolução cultural de Mao Tsé-Tung na China, nas colônias obrigatórias do governo soviético em áreas inóspitas do seu território, ou nas políticas estadonovistas revestidas do autoritarismo das instituições governamentais. No Brasil, a coerção social ocorreu de maneira mais indireta, pois o alvo era antes o território em si do que a população, embora seja impossível pensar o espaço alheio à sociedade. O território, a concretude espacial do Estado-Nação, assim, concentra a atenção do poder estatal, pois nele e a partir dele o seu projeto nacional, ideologicamente nacionalista, se constituirá.

A historicidade da ocupação rarefeita, dispersa e desigual do espaço geográfico brasileiro, levantada por autores como Moraes (1986; 2005) e Magnoli (1997) configurou um dos principais alvos de nossa versão do projeto político nacionalista: “O Plano de Metas da era JK visou, principalmente à ocupação territorial e ao desenvolvimento econômico, rompendo com a “economia de arquipélagos” e consolidando economicamente a unidade do país.” Inocêncio destaca que apesar do esforço evidenciado nos planos de metas e instituições estatais de desenvolvimento regional, a integração do âmbito nacional ainda estava longe de ser alcançada “Foi a primeira tentativa de êxito de planejamento em escala nacional, embora apresente falta de uma visão global integrada da economia.” (INOCENCIO, 2010, p. 283).

Assim como Vargas, Juscelino Kubitschek fez uso de sua própria imagem, criando confusão no limite entre a instituição estatal e seu representante, para que seu esforço de projeção política da integração, unidade e modernidade do território fosse bem sucedido: “O Estado será o guardião da soberania e construtor da nacionalidade, entendida como o povoamento do país” (MORAES, 2005, p. 94). O novo sentido de nacionalidade, revestida dos interesses desenvolvimentistas, deveria estar de acordo com a superação e abandono das tradições e regionalismo, para se chegar à nova feição ordenada e progressista do Brasil: “As representações, criadas pelo ordenamento territorial, instauram uma trama de legitimação das práticas de poder e reprodução capitalista no território.” (INOCENCIO, 2010, p. 280).

A zona rural e suas ruralidades serviram como linha de frente para estas políticas. A cidade e o urbano representavam seu contrário – e Brasília era o símbolo máximo deste pensamento no período. Os ordenamentos territoriais, resultantes das políticas direcionadas ao campo, sempre tiveram o poder de determinar o tipo de cultivo a ser realizado e a principal técnica a ser utilizada, modificando a forma historicamente construída de viver e tratar a terra do homem do campo. (INOCENCIO, 2010, p. 280).

A força da terra, assim, surge como foco simbólico principal das políticas de modernização do país, como o caminho para o futuro e progresso: “Ou seja, força da terra é uma imagem espacial para pensar problemas da modernidade na periferia, e não simplesmente uma variável científica do determinismo geográfico”. (MAIA, 2013, p. 89). Maia faz importantes reflexões sobre a *metonímia* nacionalista do território brasileiro, colocando o espaço geográfico em relação de superioridade com a própria população: “[...] o Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos mas como um âmbito espacial” (MORAES, 2005, p. 93). Este processo nacionalista, seja extremo ou brando, é o que Maia (2013) denomina como invenção e controle sobre a imaginação espacial. E, segundo o autor, no caso brasileiro temos uma dialética espacial inevitável deste processo:

[...] combina uma dimensão dialética, mesclando autoritarismo e lógica tutelar sobre os cidadãos, com experiências de liberdade, movimento e invenção. É isso que chamo de imaginação da terra. Um exemplo empírico dessa dialética está na forma pela qual, ao longo de nossa história, grandes projetos estatais de controle e reordenamento do espaço foram – e são – adensados ou ultrapassados por vastos movimentos humanos de trabalhadores, camponeses e outros atores em busca de liberdade, produção e novas formas de vida. (MAIA, 2003, p. 91).

Negar séculos de formação histórica e geográfica recairia neste quadro de aproximações e afastamentos de realidades técnico-sociais no território brasileiro, um devir dialético presente e inegável da nossa realidade nacional, por mais que negada pelos planos e planejamentos desenvolvimentistas, mesmo que fizessem uso simbólico do edenismo canônico como fundamento para seu escopo de ações e decisões: “[...] o apelo à ‘natureza’ implica sublimação

da história, a abstração da condição de ‘construções geopolíticas datadas’ – ou seja, de ‘tempos inscritos nos espaços’ – que confere conteúdo político às fronteiras e freqüentemente revela sua precária legitimidade.” (MAGNOLI, 1997, p. 21).

3. INTERIORES TERRITORIAIS BRASILEIROS: REIFICAÇÕES EDÊNICAS

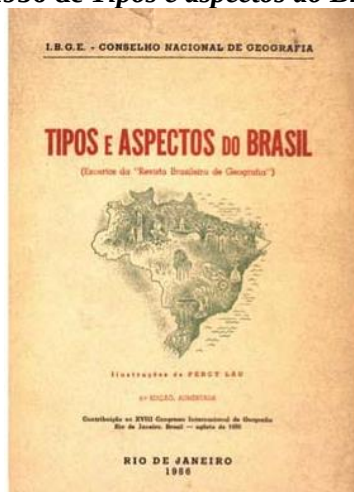
No caso do nacionalismo, getulista ou de JK, seu fortalecimento, justificativa e fundamentação voltaram-se à racionalização do espacialismo edênico brasileiro. Este apelo à natureza de que fala Magnoli (1997) constituía-se na via de utilização dos recursos naturais como fonte de salvação para as desigualdades e atraso técnico encontrado em todas as regiões brasileiras. Em outras palavras, mais uma vez, a força do mito e do imaginário edênico arraigados socialmente foi tomada como base para intencionalidades políticas e econômicas. Esta mobilidade, e possibilidade de exploração das referências mitológicas do espaço geográfico é explanado por Berdoulay (2012, p. 51) da seguinte maneira:

Entre los imaginarios, con frecuencia se invocan los mitos. Sin embargo, no ofrecen, como tales, la explicación de los fenómenos observados ya que son representaciones narrativas que sirven para comprender el mundo y actuar en él. Los mitos tienen un carácter plástico que los vuelve instrumentos altamente adaptables por los individuos y las poblaciones que los usan; es por eso que los mitos no pueden ser considerados como mentira porque se piense que ofrecen una imagen falsa de la realidad ni pueden ser considerados como radicalmente opuestos a la razón y a lógica. Por medio de las imágenes, los relatos y las emociones que ve vehiculan, el mito es potencialmente fuente de sentido y al mismo tiempo es un material e instrumento de reflexión para el sujeto en su relación con el mundo. En ese sentido, el mito puede ser incorporado en el imaginario en tanto que elemento de la dinámica de un sistema complejo.

Muitos imaginários mitológicos, referências simbólicas fundacionais ou elementos semióforos seculares foram amplamente explorados pelo Estado. Temos a fronteira, o sertão, o vazio espacial, o interior, o sertanejo, dentre outras construções simbólicas do imaginário social, que serviram como aporte ao tom civilizatório e modernizador do projeto político do desenvolvimentismo.

Para além das ideias e projeções culturais dos regionalismos, há a representação simbólica a partir da qual o discurso do progresso deveria agir para modelar estas distintas realidades à régua da modernidade, e ideologização cultural: “[...] as formas espaciais, através das quais o simbolismo ganha materialidade, constituem, por outro lado, meios através dos quais a cultura é modelada.” (CORREA, 2005, p. 294). A produção geográfica, portanto, tem impacto direto no reforço da ideologia nacionalista da modernização e integração nacional. A coletânea *Tipos e Aspectos do Brasil*, cujo objetivo era engrandecer as riquezas naturais e culturais das regiões brasileiras acabou servindo de fomento para a ação estatal, a partir dos dados, análises, reflexões e recomendações expostas nestes trabalhos.

Figura 1 - Capa da edição de 1956 de *Tipos e aspectos do Brasil*, do CNG.



Fonte: IBGE, 1956.

Expor todas as gravuras de Percy Lau presentes na edição de 1956 da Revista Brasileira de Geografia demandaria um sem número de laudas, pois cada região recebeu sua devida atenção, tanto nos comentários como nas imagens. Assim, num estudo de Angotti-Salgueiro (2005), podemos observar uma prancha com os “tipos” geográficos trabalhados nesta importante obra do IBGE e CNG.

A map of Brazil with the North region (Região Norte) highlighted in grey. The map is labeled with 'NORTE' at the top left and 'REGIÃO NORTE' at the top right. The highlighted region is further divided into 'NOROESTE' and 'NORTE' sub-regions. Below the map, there are several illustrations depicting various activities: a person in a boat, a person standing in a field, a steamship on a river, a person on a horse, a person in a boat, a person in a field, and a person in a boat. The illustrations are arranged in a circular pattern around the map.

Fonte: (IBGE, 1956, p. 53).

Figura 4 - Os tipos brasileiros expostos na edição de 1956 da revista brasileira de geografia.



Fonte: (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 32).

Para Angotti-Salgueiro (2005), o que ocorre com a obra na qual as figuras foram publicadas, *Tipos e Aspectos do Brasil*, é uma reminiscência do naturalismo do século XIX, agora inclinado política, simbólica e economicamente pelo momento nacionalista dos governos da década de 1950 e 1960. Para o fortalecimento do Estado, e do nacionalismo como ideologia simbólica de grande

alcance, o edenismo e ufanía territorial destacam-se como principais objeto de divulgação destes interesses, apesar de todo o lobby pela modernização do país no período:

De um lado, há o Estado que busca modernizar a sociedade por uma série de medidas e as cidades que se industrializam, de outro, um Brasil profundo – é desse Brasil que tratam os *tipos e aspectos* na descrição da distribuição interior do habitat, dos utensílios, da rusticidade dos homens do mundo rural; não se tem mais vergonha, como no século XIX, de parecer "atrasado", de "estar longe da civilização", ao contrário. As representações do país mudam em relação às do século anterior – não é mais a hagiografia dos grandes homens, os fatos políticos, a busca de traços urbanos de cosmopolitismo que contam. No naturalismo que define os tipos nacionais, não se trata de geopolítica, mas de geografia humana, uma *geografia da vida* no seu sentido mais próprio, com enfoques fitogeográfico, biogeográfico, econômico, descrevendo-se as particularidades da relação homem/ambiente/região. (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p 10).

Para Angotti-Salgueiro, há muito mais uma busca pela invenção do “rosto” do território brasileiro, a impressão de sua nacionalidade pelas suas diversidades, do que exatamente um ponto universal de autenticidade de um epicentro identitário: “A questão principal não é, portanto, a “invenção” das representações como se convencionou dizer, mas sim saber o que *ficou fora* do repertório de desenhos e fotografias e as razões de escolhas, recusas e reiteração de registro e do caráter que assumem ao longo do tempo.” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 61). Há, assim, nos dizeres de Angotti-Salgueiro (2005), elementos econômicos, simbólicos e políticos que comprovam esta continuidade da exploração das riquezas naturais do Brasil.

Por mais que as imagens de Lau sugiram a riqueza regionalista que realmente existe nas fronteiras do Brasil, pelo olhar progressista de nada adiantaria tê-las sem que pudessem servir como plataforma de alcance de seus objetivos racionais, modernos e futuristas. Quando Angotti-Salgueiro (2005) menciona a questão do que ficou “de fora” das representações há muito da intencionalidade de representação das mesmas, pois o bucólico e interiorano fazem parte do naturalismo geográfico, mesmo que, por vezes, partindo de bases deterministas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos pontos destacados ao longo deste trabalho, observa-se como foram executadas algumas das práticas de racionalização do discurso e imagem da ufanía edênica e paraíso terreal, seculares ao espaço geográfico brasileiro. Era preciso dar outro tom de representatividade ao interior, ao sertão brasileiro, um sentido de nacionalidade moderno. Essa será a base de ideação e ideologização espacial em torno da concepção e construção de Brasília, por exemplo, como nova capital federal, pois o urbano e a urbanidade erigidos em tons surrealistas e futuristas seriam a fachada para este novo ideário da unificação regional do Brasil, tendo o Distrito Federal como sua referência primeira e, além deste entreposto, novas incursões de exploração nos interiores do país.

Definir postos de infiltração no interior do território era fundamental para justificar toda a campanha do projeto nacional em curso nos anos de 1950 e 1960. De igual modo, era preciso provar e mostrar – e o crescimento da publicidade e propaganda foi utilizado neste sentido – para a população e os contrários à construção da capital que era possível vencer as barreiras naturais do território brasileiro.

Programas governamentais e a intencionalidade técnica e comercial massiva e constante, tanto do Estado como de organizações e atores do mercado, corroboram para esta guinada de racionalização do imaginário canônico do edenismo telúrico nacional no Brasil. Resgatar tais debates tem como intuito fomentar a discussão sobre o passado e presente de exploração dos recursos naturais, e também humanos, no território brasileiro, abrindo novas interpretações para representações simbólicas, com substratos intencionais políticos e econômicos, ainda em vigência no país.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
2. ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2. p. 21-72. jul.-dez. 2005.
3. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. In: *Economia* (Campinas), v. 7, p. 239-275, 2006b.
4. BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Nacionalismo e Desenvolvimento. In: *Novos Estudos*. Nº 7, março 2007. p. 29-36.
5. BECHHOFFER, Frank; MCCRONE, David. *National Identity, Nationalism and Constitutional Change*. Palgrave Macmillan, 2009.
6. BERDOULAY, Vincent. El Sujeto, El Lugar y la mediación del Imaginario. In: *Geografías de lo Imaginario*. [Org.] Alicia Lindón; Daniel Hiernaux. Barcelona: Antrhopos Editorial. México: Universidad Autónoma Metropolitanaztapalapa, 2012.
7. CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural no Brasil. In: *Revista da ANPEGE*, v. 1, p. 155, 2005.
8. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. In: Dathein, Ricardo. (Org.). In: *Desenvolvimentismo: o Conceito, as Bases teóricas, as Políticas*. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015, v. , p. 13-71.
9. IBGE. *Tipos e aspectos do Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1956.
10. INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel . Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. In: *Revista IDEAS*, v. 04, p. 271-306, 2010.
11. JAFFRELOT, Christophe. *For a theory of nationalism* (2003). In: <http://www.sciencespo.fr/ceri/sites/sciencespo.fr/ceri/files/qdr10.pdf>> Acesso: 12.10.2015.
12. LAS CASAS, Frei Bartolomeu de. *O Paraíso Destruido: A sangrenta história da conquista da América Espanhola*. Trad. Herald Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2011.
13. MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.
14. MAIA, João Marcelo Ehlert. A imaginação da terra O pensamento brasileiro e a condição periférica. In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 25, n. 2. 2013. p. 79-97
15. MORAES Antonio Carlos Robert de. Historicidade, consciência e construção do espaço: notas para um debate. In: *A construção do espaço*. [Org.] Maria Adélia de Souza; Milton Santos. São Paulo: Nobel, 1986.
16. _____. Território e Identidade na Formação Brasileira. In: *Ideologias geográficas*. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
17. TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.